



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639033 - ES (2021/0004134-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : CLAUDIO SALES TORRES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : BRUNO DE PAULA ASSIS - MG163933  
CLAUDIO SALES TORRES - MG178229  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : CAMPO ELIAS VILLA AMADOR (PRESO)  
**CORRÉU** : CRISTIAN CAMILO ZAMUDIO DIAZ  
**CORRÉU** : TELLY ROBERTO SALINAS ALAVA  
**CORRÉU** : CLAUDIA ERNESTINA BURBANO SOTELO  
**CORRÉU** : EDISON RICARDO LONDONO ORTIZ  
**CORRÉU** : JUAN JOSE GARZON ROZO  
**CORRÉU** : MIGUEL ANDRES GONZALEZ DRADA  
**CORRÉU** : RONALD ISAAC ACOSTA TROYA  
**CORRÉU** : GERMAN AUGUSTO HOLQUIN CARDONA  
**CORRÉU** : FABRICIA PAES BARCELOS PIANTAVINHA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : ALEXANDER MESA GALLEGU  
**CORRÉU** : JORGE MARIO LOPES PARRA  
**CORRÉU** : MARCIA EMILIANA FLAVIO BRAGA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAMPO ELIAS VILLA AMADOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (0012509-58.2020.8.08.0035).

Consta dos autos a prisão em flagrante do paciente, posteriormente convertida em preventiva, em razão de suposta prática do delito capitulado no art. 2º da Lei n. 12.850/13.

Aduz a ilegalidade de conversão da prisão temporária ou flagrante em prisão preventiva de ofício pelo magistrado.

Defende a imprescindibilidade da audiência de custódia, alegando ser um direito subjetivo do preso. Cita também a Resolução n. 329/2020 do CNJ.

Sustenta, ainda, a ocorrência de constrangimento ilegal uma vez que a

segregação processual do paciente despida de fundamentação idônea não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva, nos moldes do art. 312 do CPP.

Aduz o cabimento de medidas cautelares diversas da prisão constantes no art. 319 do CPP.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que se expeça alvará de soltura do paciente.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar, com a manutenção das medidas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente